

Cardoso poderá implantar o plano mexicano

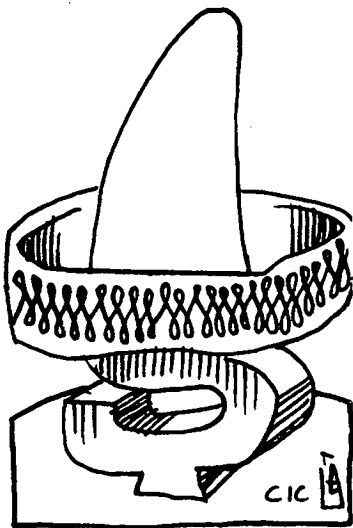
Mário Moreira

Rio (Meridional) — A adoção de uma política de desvalorização gradual do câmbio, tendo como garantida o atual nível das reservas cambiais, é a maneira mais provável pela qual o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tentará dar sua "paulada" na inflação. Esta é a aposta do ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, gestão Ibrahim Eris, Luís Eduardo de Assis, que dirige atualmente a Área Econômica do Citibank. Para ele, o nível recorde das reservas (hoje em 27 bilhões de dólares) é o único instrumento de que o Governo dispõe no momento para tentar a estabilização da economia — além de inédito.

Sem arriscar os detalhes do que seria o plano, Assis acredita que a equipe de Cardoso buscará inspiração na experiência mexicana, onde foi feito um congelamento de preços (o que, garante, não será tentado novamente aqui), aliado à desvalorização do câmbio. "Com essa receita, a moeda nacional valoriza-se rapidamente, segurando os preços, e redução do saldo na balança comercial é compensada por um verdadeiro dilúvio de capitais que chegam do exterior", diz. Para ele, enquanto isso, a economia se moderniza, e o aumento da produtividade se encarrega de, aos poucos, reequilibrar a balança comercial.

Segundo o ex-diretor do BC, embora representem um recorde histórico, os 27 bilhões de dólares de reservas são pouco comparados aos 120 bilhões a que correspondem os ativos financeiros no País. "Portanto, não se poderia fazer a conversabilidade irrestrita do cruzeiro real ao dólar, como na Argentina. Além disso, lá a moeda americana não apenas já servia de referência a todos os preços, como era utilizada como meio de troca, o que não ocorre no Brasil", analisa.

Choque — Luís Eduardo de Assis descarta, completamente, a possibilidade de a equipe econômica experimentar um novo choque heterodoxo. "Eles não vão repetir os erros do passado", diz. Tampouco crê no imobilismo: "Existem todas as condições para que a inflação continue crescendo —



a forte queda dos juros, a política salarial mais favorável aos trabalhadores e um déficit quase permanente do Tesouro

“Então, tecnicamente não dá para empurrar com a barriga por mais um ano, até as eleições. Além disso, o ministro Fernando Henrique sabe que, se obtiver um sucesso razoável na condução da economia será imbatível na sucessão presidencial. E a alternativa de elevar os juros e parar o crescimento não favorece essa ambição”, diz.

O economista lembra, porém, que a adoção de um plano de estabilização baseado no nível das reservas cambiais dependerá de algumas pré-condições a serem estabelecidas até janeiro — data mais provável, segundo ele, para a “paulada” na inflação. A primeira batalha (“a decisiva”) será a do orçamento: “O déficit de 25 bilhões de dólares previsto no Orçamento de 1994, terá que ser reduzido para algo próximo de zero, cortando-se gastos e aumentando-se um pouco a arrecadação. Se o Governo conseguir isso, os desdobramentos serão muitos positivos”, garante Assis, prevendo que a reforma fiscal tão desejada por Cardoso só poderá ser implantada em 1985, já que depende da revisão constitucional.

FMI — Após o ajuste das contas públicas, seria “quase automático” um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), garante o diretor do Citibank. “Mesmo que não seja em bases ideais para o Brasil. Até porque as duas partes já estão cansadas dessa discussão, que já dura dez anos”.

Depois disso seria fácil, segundo ele, o fechamento do acordo da dívida com os bancos credores, assim como a compra pelo Brasil de títulos do tesouro americano emitidos especificamente em garantia ao acordo.